



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPES – LATINDEX
Nº. 27 – Ano XIII – 5/2025
<https://doi.org/10.70597/vozes.v12i27.729>

A Agenda 2030 no Vale Do Jequitinhonha: Uma Análise da Saúde Mental

Maria Isabel Martins de Castro
Graduanda da Faculdade de Medicina da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM
<http://lattes.cnpq.br/5946205064243785>
E-mail: maria.castro@ufvjm.edu.br

Ludimila Maria Barroso de Amorim
Graduanda da Faculdade de Medicina da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
<https://lattes.cnpq.br/6550803479401086>
E-mail: ludimila.barroso@ufvjm.edu.br

Resumo: A saúde mental é um campo multifacetado, influenciado por fatores como desigualdades socioeconômicas, baixa qualidade educacional, infraestrutura de saúde limitada, violência, desigualdade de gênero e condições ambientais precárias. O presente estudo busca realizar uma análise da região do Vale do Jequitinhonha e Mucuri a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) traçados pela Agenda 2030. Os resultados foram obtidos a partir de pesquisas sobre políticas públicas e indicadores nacionais, regionais e municipais em sites oficiais do governo federal e das prefeituras envolvidas. Apesar dos esforços locais, a região estudada enfrenta altos índices de pobreza, falta de serviços especializados, violência doméstica e escolarização insuficiente. Conclui-se que melhorias estruturais, como políticas públicas integradas, ampliação dos serviços de saúde mental e combate às desigualdades, são essenciais para promover o bem-estar psicológico da população.

Palavras-chave: Saúde Mental; Indicadores de Desenvolvimento Sustentável; Política Pública.

Introdução

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define saúde mental como “um estado de bem-estar em que o indivíduo realiza suas capacidades, supera o estresse normal da vida, trabalha de forma produtiva e frutífera e contribui de alguma forma para sua comunidade”. Dessa maneira, a melhoria da qualidade da saúde mental de uma população exerce influência direta na saúde universal, bem como no bem-estar social e econômico de uma comunidade (170ª SESSÃO DO COMITÊ EXECUTIVO, 2022).

A relação entre saúde mental e cultura local no Vale do Jequitinhonha evidencia como os contextos históricos e socioeconômicos moldam a experiência individual e coletiva de bem-estar psicológico. A inserção portuguesa no século XVIII, marcada pela exploração de pedras preciosas, transformou profundamente as dinâmicas culturais e sociais da região, promovendo um breve ciclo de prosperidade econômica. Porém, o declínio da mineração no século XIX, aliado à concentração de terras em grandes propriedades rurais, desencadeou deslocamentos populacionais significativos (Nogueira, Halboth & Leite, 2020). Esse histórico de exploração e desigualdade continua a influenciar as condições de vida e os desafios relacionados à saúde mental no Vale do Jequitinhonha, reforçando a importância de políticas e abordagens sensíveis às particularidades locais.

Todo esse processo, resumidamente traçado, ajudou a construir o Vale do Jequitinhonha como o vemos hoje: uma região marcada pela influência cultural de povos indígenas, escravizados e portugueses. Atualmente, subsistem atividades tradicionais ligadas à mineração, como o garimpo, e ao campo, como a agricultura familiar.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) caracterizam-se como uma proposta da Organização das Nações Unidas (ONU), assinada por 193 países, que reúne diversas metas a serem cumpridas até o ano de 2030. Eles tratam de temas que vão desde a preservação do meio ambiente até a promoção de educação e saúde de qualidade. Dessa forma, os objetivos estabelecidos pela Agenda 2030 são essenciais para uma análise atual deste componente.

Materiais e Métodos

Após diversas pesquisas em fontes como o Portal do Vale do Jequitinhonha, Plano de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, IBGE e outras, foram selecionadas as cidades de Almenara, Araçuaí, Capelinha, Diamantina e Pedra Azul. A escolha considerou critérios como a maior área de influência entre os 59 municípios, sua relevância regional e a maior disponibilidade de dados sobre indicadores e políticas públicas municipais. Esse filtro foi realizado para assegurar uma base de dados mais confiável, densa e representativa da região.

A pesquisa consistiu na coleta de dados acerca da situação dos indicadores propostos por cada meta dos ODS, por meio de sites oficiais do Governo Federal e Estadual, bem como do Ministério da Saúde e das prefeituras das cidades estudadas até o ano de 2022.

Após a análise dos indicadores, foi realizada nova pesquisa sobre políticas públicas municipais promulgadas entre 2015 e 2022 por meio dos sites de cada prefeitura dos municípios envolvidos. O estabelecimento da relação das políticas com os ODS foi feito por meio do uso de palavras-chave para cada objetivo trabalhado. Tais informações foram posteriormente condensadas em um site de desenvolvimento próprio.

As palavras-chave foram utilizadas conforme a disposição abaixo:

Tabela 1: Palavras-chave utilizadas para pesquisa de políticas públicas

ODS	Palavras-chave
1, 2 e 4	Educação, pobreza, fome, desigualdade, agricultura, assistência social e cidadania
5	Mulher, gênero, materno, doméstica, sexual, reprodutivo e gestante
7 e 9	Água, saneamento, energia, produção, sustentabilidade, indústria, infraestrutura e parcerias
6	Água potável e saneamento

12	Produção, consumo e sustentável
8	COVID 19, economia, desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável, trabalho, desemprego, escravo e trabalho infantil
16	Violência, denúncias, saúde suplementar, impostos, justiça, participação popular e Sistema Único de Saúde
13, 14 e 15	Saneamento básico, energia, meio ambiente, saúde pública, calamidade pública, enchentes, queimada, seca, estiagem, deslizamento e chuva

Fonte: autoria própria

Após a coleta de todos os dados, a análise foi feita a partir da relação da evolução dos indicadores nos municípios e da existência de políticas públicas diretamente relacionadas aos ODS que os abarcavam.

Resultados

Os resultados da pesquisa foram divididos, conforme apresentado a seguir, em temáticas trabalhadas pelos ODS da Agenda 2030 que impactam diretamente a saúde mental. Em cada tema, são apresentados os dados pertinentes a cada cidade analisada.

1. Desigualdades Socioeconômicas

A desigualdade social é trabalhada pela Agenda 2030, principalmente, pelos ODS 1 e 2. O ODS 1 discorre sobre a erradicação da pobreza em todas as formas e em todos os lugares, enquanto o ODS 2 propõe a erradicação da fome e a promoção da segurança alimentar. Tais metas foram analisadas na presente pesquisa por meio dos seguintes indicadores: porcentagem da população com rendimento nominal

mensal per capita de até meio salário mínimo; PIB per capita; índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) e índice de Gini.

A desigualdade socioeconômica é amplamente reconhecida como uma das principais forças estruturais que impactam negativamente a saúde mental das populações, especialmente em regiões historicamente marcadas por baixos índices de desenvolvimento humano, como o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Estudos indicam que territórios como o Vale enfrentam desafios significativos, como a precariedade nos serviços públicos, baixos níveis de renda e elevados índices de desemprego (Nogueira, Halboth & Leite, 2020; IBGE, 2021). Esses fatores criam um ambiente propício ao aumento do sofrimento psicológico e à intensificação das vulnerabilidades emocionais, como apontado em diversas análises sobre a relação entre condições socioeconômicas e saúde mental em contextos de desigualdade (Souza & Silva, 2019).

Em Araçuaí, dados do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) indicam que famílias com renda per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio (R\$ 1.980,00) são consideradas em situação de vulnerabilidade social (IFNMG, 2023). Esse dado reflete as dificuldades enfrentadas pela população para atender a necessidades básicas, como alimentação, saúde e educação. A precariedade financeira está associada ao aumento dos níveis de estresse e ansiedade, especialmente entre os jovens e aqueles em situações de maior vulnerabilidade social, conforme apontado pela Organização Pan-Americana da Saúde (PAHO, 2022).

Em Capelinha, 41,7% da população vive com renda inferior a meio salário mínimo, indicando desafios significativos para atender às necessidades básicas, como alimentação, saúde e educação. Essa condição reflete também altos índices de desigualdade socioeconômica, evidenciados pelo PIB per capita de R\$ 23.174 em 2021, abaixo da média nacional. O Índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, também é um indicador relevante para avaliar a desigualdade socioeconômica. No entanto, dados específicos sobre o Índice de Gini para as cidades analisadas não estão disponíveis nas fontes consultadas. Existem, contudo, serviços de saúde que atendem a essas necessidades. Na cidade, a Fundação Hospitalar São Vicente de Paulo, por exemplo, oferece atendimento médico e psicológico à população. Além disso, a Clínica Integração disponibiliza serviços de avaliação psicológica, contribuindo para o suporte à saúde mental na região.

A Lei nº 2.082/2018, que criou o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, busca incentivar o crescimento local por meio de estratégias voltadas à formalização do trabalho e ao empreendedorismo, visando melhorar as condições socioeconômicas e, conseqüentemente, a saúde mental da população.

Em Almenara, por sua vez, 43,3% da população enfrenta a mesma restrição de renda, e em Pedra Azul, essa porcentagem é de 46,7%. Em Pedra Azul, a renda per capita é de apenas R\$ 16.498,08, um valor que reflete não apenas as condições de trabalho precárias, mas também a escassez de oportunidades de qualificação e mobilidade econômica. Uma pesquisa realizada em um Centro de Atenção Psicossocial no Distrito Federal identificou uma forte associação entre a baixa renda e o adoecimento mental entre seus pacientes (CAMPOS; CRUZ; MAGALHÃES; RODRIGUES, 2021).

Almenara conta com políticas como o Decreto nº 10 de 2017, que criou uma escola municipal de educação infantil e fundamental no município, promovendo inclusão social e melhores perspectivas futuras, o que mitiga vulnerabilidades emocionais. Campos, Cruz, Magalhães e Rodrigues (2021) identificaram, em sua pesquisa, uma associação entre escolaridade e adoecimento mental entre pacientes em tratamento no CAPS. Tal relação é expressiva principalmente entre aqueles com escolaridade até o ensino fundamental. Já em Pedra Azul, a Lei nº 1.693 de 2019, que criou o Programa Alimentar, promove transferências de renda para famílias carentes, auxiliando na redução do estresse financeiro.

Por outro lado, Diamantina apresenta um cenário ligeiramente diferente, com um PIB per capita de R\$ 20.537,92 em 2021 e uma média salarial acima das médias nacional e regional. Contudo, essa aparente vantagem econômica não é suficiente para neutralizar os desafios locais, já que esse dado se apresenta em um contexto em que apenas 22% da população está empregada formalmente.

O trabalho informal não possui vínculos baseados na legislação trabalhista brasileira, com uma rotina laboral desprovida de benefícios, sendo associado à precariedade e insegurança (CAMPOS, 2019). De acordo com Patel e Kleiman (2003), os níveis de estresse e ansiedade em populações de menor desenvolvimento socioeconômico são profundamente relacionados à insegurança e à vulnerabilidade de sua condição. Assim, a alta taxa de informalidade no município mina a segurança

financeira e emocional dos trabalhadores. Isso reforça a necessidade de programas que promovam a formalização do trabalho e a inclusão produtiva.

2. Acesso à Educação

O Acesso à Educação é trabalhado pela Agenda 2030, principalmente pelo ODS 4. Essa meta propõe a garantia do acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, com promoção de aprendizagem ao longo da vida para todos. Sua análise foi feita por meio dos seguintes indicadores: taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade e índice de desenvolvimento da educação básica nos anos iniciais e finais do ensino fundamental na rede pública.

É essencial debater os indicadores relacionados à educação, já que ela desempenha um papel crucial na promoção da saúde mental, por meio do oferecimento de perspectivas de ascensão social, da influência de aspirações e da melhora da autoestima. Contudo, observam-se níveis importantes de evasão escolar, em forte associação com a atratividade do mercado de trabalho para jovens oriundos de famílias pobres. Assim, o nível de escolaridade prediz a posição socioeconômica futura dos jovens e sua inserção no mercado ocupacional. Esses fatores resultam em uma relação inversamente proporcional entre anos de estudo e o adoecimento mental (LURDERMIR, 2008).

Em Araçuaí, embora a taxa de escolarização de 6 a 14 anos seja de 97,5%, há uma piora dos indicadores do ensino, principalmente nos anos finais do ensino fundamental. Esse dado é analisado pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que está abaixo da média nacional, com um índice municipal de 4,3 anos em 2019, enquanto o nacional foi de 4,9 anos no mesmo ano. A ausência de Conselhos Municipais de Educação reflete a necessidade de maior organização na gestão educacional. A Lei Ordinária nº 508/2020, que autoriza a abertura de crédito para iniciativas educacionais, é um exemplo de esforço para melhorar o sistema municipal e oferecer mais oportunidades.

Já em Capelinha, as taxas de escolarização são elevadas, de 97,3%, e acompanham melhores índices do IDEB, apresentando uma taxa de 5,2 anos nos anos finais do ensino fundamental em 2019. Tal dado indica ainda uma necessidade de melhoria na educação, mas se destaca em relação aos valores nacional e regional

no mesmo ano, que foram de 4,9 e 4,4, respectivamente. No âmbito municipal, não foram encontradas leis relacionadas diretamente à melhoria da educação de qualidade.

Diamantina apresenta uma taxa de escolarização satisfatória, de 97,8%, acompanhada também de bons resultados no IDEB, que nos anos finais do ensino fundamental foi de 4,9 anos em 2021. Contudo, tal dado ainda aponta para potenciais melhorias, pois se apresenta abaixo da meta nacional de 6 anos para o ano de 2022. Algo positivo a se considerar na cidade são legislações como a Lei nº 3880/2015, que aprovou o Plano Municipal de Educação, alinhado à Agenda 2030, buscando promover a inclusão de alunos com deficiência e reduzir a evasão escolar. Também se destaca a Lei nº 4080/2020, que criou o programa Jovem Aprendiz, incentivando a qualificação profissional e a inserção no mercado de trabalho.

Em Almenara, a taxa de escolarização acompanha os dados das outras cidades já discutidas, com o índice alto de 97,8%. Contudo, o IDEB dos anos finais do ensino fundamental atingiu 4,5 anos, valor também abaixo da média nacional em 2019. A Lei nº 21/2017, que institui a Tabela SUS Complementar em Almenara, pode ser combinada com iniciativas que integrem saúde mental e educação, criando ambientes escolares mais acolhedores e propícios ao aprendizado. Outro decreto importante para esse tópico é o Decreto nº 56, de 2020, que dispõe sobre a criação do Centro Municipal de Educação Infantil Jardim Esperança (CMEI), contribuindo para a saúde infantil e educação básica.

Da mesma forma, apesar da alta taxa de escolarização em Pedra Azul, de 98,7% para crianças de 6 a 14 anos, é a cidade analisada com maiores desafios educacionais, já que apresenta um IDEB de 3,8 nos anos finais do ensino fundamental em 2019, dado inferior às taxas nacional e regional. Nesse mesmo âmbito, em Pedra Azul, a Lei nº 1.759 de 2021, que estabelece o Programa Jovem Aprendiz, é uma iniciativa relevante para promover a inclusão social e oferecer melhores oportunidades para a juventude, contribuindo para a melhoria da autoestima e do bem-estar.

3. Desafios na Saúde Pública

A estruturação do sistema de saúde pública é outro pilar essencial. O acesso limitado e pouco difundido a serviços especializados, como atendimento psicossocial,

representa um obstáculo para uma melhor qualidade da saúde mental da população. Na agenda 2030, a saúde é trabalhada diretamente pelo ODS 3, que propõe a garantia do acesso à saúde de qualidade e a promoção do bem-estar a todas, em todas as idades. Na atual pesquisa, foi analisada pelos indicadores: número de estabelecimentos de equipes de saúde, taxa de mortalidade por suicídio, mortalidade por transtornos mentais e comportamentais, mortalidade infantil e taxa de internações por diarreia.

Em Araçuaí, há apenas um Centro de Atenção Psicossocial (CAPSad) para tratar questões como abuso de substâncias, enquanto a demanda por esse tipo de atendimento é crescente em toda a região do Vale. Contudo, apresenta 26 estabelecimentos de saúde vinculados ao SUS. Outros dados importantes são a mortalidade infantil, de 6,19 por 1000 nascidos vivos no município, e o número de internações por diarreia pelo SUS é de 87,5 por 100 mil habitantes. Problemas de saúde mental e física estão intimamente relacionados, com evidências da associação adoecimentos em ambos os campos. (PATEL; KLEIMAN, 2003).

Já em Capelinha, a ausência de um CAPSad reflete uma lacuna no tratamento de transtornos relacionados ao abuso de substâncias, mesmo contando com 19 unidades de saúde pública vinculadas ao SUS. Essa ausência de assistência direta à saúde mental pode ser observada pela maior taxa de mortalidade por suicídio dentre as cidades aqui analisadas, com um índice de 13,05%.

Uma pesquisa realizada por Moreira, Oliveira, Lopes, Lopes, Félix e Oliveira (2020), estabelece uma forte relação entre o uso de substância psicoativas, o desenvolvimento ou piora de transtornos mentais e aumento do risco de suicídio. Essa associação reforça a necessidade da existência de estabelecimentos que promovam o cuidado adequado à saúde dessa parcela da população.

Ainda em Capelinha, a mortalidade infantil é de 6,5 por 1.000 nascidos vivos, e a taxa de internações por diarreia alcança 12,3 por 100.000 habitantes.

Quanto a Diamantina, pensando em sua maior infraestrutura e abrangência, conta com 33 estabelecimentos de saúde, figurando como referência regional. Em relação à assistência direta à saúde mental, existem 2 CAPS, sendo um deles voltado para o atendimento de dependência a álcool e drogas. A taxa de mortalidade por suicídio na cidade, por sua vez, é de 6,26%. Contudo, ainda enfrenta desafios que refletem na assistência em todo o Vale, como a falta de serviços de oncologia, o que

força a população a buscar atendimento em grandes centros urbanos. Além disso, a mortalidade infantil em Diamantina é de 7,13 por 1.000 nascidos vivos, enquanto a taxa de internações por diarreia é de 4,2 por 100.000 habitantes.

Em Almenara, onde há 19 estabelecimentos de saúde vinculados ao SUS, a falta de especialistas e equipamentos modernos destacam-se entre os desafios em saúde na cidade. A taxa de mortalidade por suicídio na cidade é de 7,08%. A Lei nº 1.063/2005, que criou o Conselho Municipal de Saúde, pode servir como base para implementar políticas voltadas à saúde mental.

No município, a taxa de mortalidade infantil é mais alta entre as cidades aqui discutidas, com um dado 11,67 óbitos por 1000 nascidos vivos. O número de internações por diarreia pelo SUS também se apresenta como o maior no presente texto, com 379,1 hospitalizações por 100 mil habitantes.

Por fim, em Pedra Azul, existem 13 estabelecimentos vinculados ao SUS, dos quais 8 são da Estratégia de Saúde da Família, o qual tende a tratar demandas relacionadas à saúde da população como um todo, contribuindo de maneira significativa para a atenção a problemas de saúde mental. A cidade possui a segunda maior taxa de mortalidade por suicídio aqui analisada, apresentando um dado de 12,33%. A taxa de mortalidade infantil no município é de 8,51 óbitos por 1000 nascidos vivos e o número de internações por diarreia é de 32,8 por 100 mil habitantes.

A taxa de mortalidade nacional no mesmo ano analisado nos municípios, em 2022, era de 12,9 óbitos por 1000 nascidos vivos, o que traduz um bom índice regional em comparação ao Brasil.

4. Impacto da Violência e da Insegurança

A violência aparece na Agenda 2030 principalmente por meio do ODS 16, que propõe a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas e o acesso à justiça para todos. Sua análise foi realizada com base nos seguintes indicadores: taxa de homicídios e violência doméstica.

A violência, em suas diversas formas, exerce impactos profundos e duradouros na saúde mental das populações, afetando tanto indivíduos diretamente expostos quanto comunidades inteiras. A violência está associada à produção de sofrimento mental, impõe barreiras à busca de tratamento e de ajuda judicial, além de gerar

conflitos relacionais e o abuso de substâncias psicoativas (GODINHO, 2012). É importante ressaltar que a subnotificação de casos de violência psíquica e sexual intensifica o problema, dificultando a formulação de políticas públicas eficazes.

Em 2022, a cidade de Araçuaí apresentou uma taxa de homicídios de 27,25 por 100 mil habitantes, superando a média nacional, que é de 21,65 por 100 mil habitantes. O Decreto Municipal nº 157/2021, que incorpora o programa Restaurar no enfrentamento à violência contra a mulher, é uma medida importante que também pode ajudar a mitigar os impactos psicológicos decorrentes dessas situações.

Já Capelinha registrou uma taxa ainda maior, de 29,11 homicídios por 100 mil habitantes, destacando-se pelo alto número de ocorrências de violência doméstica, com 342 casos reportados em 2021. Essa situação evidencia um cenário de insegurança que afeta diretamente a qualidade de vida dos moradores e predispõe ao desenvolvimento de enfermidades psíquicas. Nesse contexto, a Lei nº 1.971/2015, que disciplina a Política Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual, representa um esforço relevante. Contudo, é necessário ampliar as ações para outros tipos de violência.

Em Almenara, as taxas de homicídio são menores, com um índice de 19,09 por 100 mil habitantes em 2021. Contudo, a violência doméstica é uma preocupação central na cidade, com 423 casos registrados no mesmo ano, reforçando a gravidade do problema na região. Nesse âmbito, é válido destacar o Decreto nº 157/2021 sobre a adesão ao Programa Restaurar, que visa o atendimento a agressores como parte das ações municipais para combater a violência doméstica.

Pedra Azul, por sua vez, apresentou uma taxa de homicídios de 20,56 por 100 mil habitantes. No entanto, a violência contra mulheres atingiu 171 casos, um número pequeno se comparado às cidades anteriores, mas que representa quase o dobro da média regional do Vale do Jequitinhonha, que é de 86,17. Nesse contexto, a Lei nº 1.662/2017 institui a Semana do Desarmamento Infantil, promovendo a conscientização sobre a violência e seus efeitos. Ainda assim, há uma necessidade urgente de políticas mais abrangentes para prevenir a violência e oferecer suporte às vítimas.

Por fim, Diamantina apresenta o menor índice de homicídios das cidades analisadas, com uma taxa de 12,57 por 100 mil habitantes, inferior ao valor nacional já mencionado, assim como ao valor regional de 22,5 por 100 mil habitantes. O

número de casos reportados de violência doméstica na cidade, por sua vez, é o maior apresentado, com 594 denúncias em 2021. No entanto, apesar do número absoluto de casos ser alarmante e importante para a elaboração de políticas públicas, deve-se ressaltar que Diamantina possui uma população maior em relação às outras cidades analisadas. O Decreto nº 157/2021, que integra o programa Restaurar do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, é um exemplo de iniciativa relevante no enfrentamento da violência contra a mulher.

5. Questões Culturais e Gênero

As questões de gênero são tratadas pelo ODS 5 dentro da Agenda 2030, com a proposição de alcançar a igualdade de gênero. Sua análise foi feita com base nos seguintes indicadores: percentual de mulheres candidatas na política em 2020; percentual de mulheres eleitas nas eleições de 2020; trabalho remunerado nos últimos 12 meses em 2022.

As desigualdades de gênero apresentam reflexos profundos na saúde mental, especialmente devido à baixa participação feminina no mercado formal e na política, que se associam a sentimentos de exclusão e baixa autoestima. Embora avanços pontuais, como a criação de fundos municipais para os direitos das mulheres, tenham sido observados, os indicadores permanecem insatisfatórios. As mulheres apresentam uma incidência de ansiedade e depressão 2 a 3 vezes maior do que os homens. Mudanças atuais no mundo do trabalho geram, ainda, uma dupla jornada de trabalho, que soma o mercado de trabalho aos antigos atributos exclusivamente femininos, levando ao estresse e ao sofrimento psíquico (LURDERMIR, 2008).

Em Araçuaí, 3,0% das mulheres candidatas foram eleitas para cargos políticos em 2020, refletindo barreiras estruturais significativas à representatividade feminina. Além disso, a desigualdade de gênero tem impacto direto na saúde mental das mulheres, muitas vezes sobrecarregadas pelas responsabilidades domésticas e enfrentando discriminação no mercado de trabalho. A porcentagem de mulheres empregadas em trabalhos remunerados era de 10%, enquanto a mesma taxa entre os homens correspondia a 45%.

Na cidade, podemos destacar leis como a Lei Ordinária nº 344/2015, que dispõe sobre a política de atendimento aos direitos da mulher no município, e o

Decreto nº 48/2018, que homologa o regimento interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Já em Capelinha, uma taxa ainda menor, de apenas 1,5%, de mulheres candidatas nas eleições de 2020 foi eleita. Além disso, apenas 20% dos postos formais de trabalho são ocupados por mulheres, enquanto 30% dos homens encontram-se nessa parcela do mercado ocupacional, dados que indicam condições precárias de inserção no mercado formal, principalmente para o gênero feminino.

É importante destacar que programas locais de empoderamento feminino, como as iniciativas da "Associação de Mulheres de Capelinha", recebem subsídios financeiros por leis municipais, como a Lei nº 1.977/2015.

A situação em Almenara não é diferente, onde, apesar de 32% das candidaturas políticas em 2020 terem sido preenchidas por mulheres, nenhuma delas foi eleita. Já em Pedra Azul, apenas 2,9% das mulheres candidatas alcançaram cargos, destacando-se como um dos menores índices da região. Essa baixa representação reflete barreiras estruturais que impactam negativamente a autoestima e o bem-estar das mulheres. Na cidade, 27% das mulheres encontram-se empregadas e remuneradas nos últimos 12 meses, enquanto 32% dos homens destacam-se na mesma situação.

Em Diamantina, observamos as melhores taxas entre as cidades aqui analisadas, com 3,10% das mulheres candidatas eleitas em 2020. Todas as taxas aqui discutidas são menores do que as taxas regionais (5,69%) e nacionais (13%) nas eleições de 2020. No entanto, deve-se considerar que essa taxa ainda é baixa, e que a escassa participação feminina em cargos políticos reflete as desigualdades de gênero na cidade. Com números mais próximos, as mulheres em Diamantina apresentam um índice de 27% de trabalho remunerado nos últimos 12 meses, enquanto entre os homens a taxa é de 30%.

Programas municipais para o empoderamento feminino, como o Fundo Municipal de Promoção de Direitos das Mulheres, criado pela Lei nº 3999/2018, precisam ser fortalecidos para aumentar a representatividade e garantir condições equitativas no mercado de trabalho.

6. Fatores Ambientais e Urbanização

Os fatores ambientais e a urbanização são tratados pelos ODS 11, 12, 13, 14 e 15 dentro da Agenda 2030. O ODS 11 propõe tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. O ODS 12 dispõe sobre a garantia de padrões de consumo e de produção sustentáveis. Já o ODS 13 objetiva a adoção de medidas urgentes para o combate às alterações climáticas. O ODS 14, por sua vez, propõe o uso sustentável de recursos marinhos. E, por fim, o ODS 15 discorre sobre a proteção e a promoção do uso sustentável dos ecossistemas terrestres. A análise atual foi feita com base nos seguintes indicadores: acesso a saneamento básico, arborização de vias urbanas e proporção de corpos hídricos.

A qualidade do ambiente urbano desempenha um papel fundamental na saúde mental das comunidades. Estudos apontam que a presença de áreas verdes nas cidades contribui significativamente para a redução do estresse e a melhoria da qualidade de vida. Costa, Borges, Eloy, Mendes e Fernandes (2020) destacam, em sua pesquisa, uma forte relação entre o contato com a natureza, a saúde mental e o bem-estar da população urbana, tanto durante a pandemia quanto em períodos mais recentes. Nesse cenário, o ambiente corresponde a um fator que influencia diretamente as sensações de prazer e desprazer experimentadas pelas pessoas, sendo essa percepção parte essencial da qualidade de vida e da saúde mental.

Portanto, a integração de espaços naturais no planejamento urbano é essencial para promover o bem-estar psicológico das comunidades. Em Araçuaí, apenas 38,3% da população tem acesso a esgotamento sanitário adequado, enquanto 53,6% das vias urbanas contam com arborização. Essa combinação de infraestrutura deficiente e baixa cobertura verde pode comprometer significativamente o bem-estar mental dos moradores, uma vez que ambientes urbanos mal planejados podem agravar o estresse da população, reforçando a importância de espaços verdes e acessíveis para o bem-estar mental. O Decreto nº 183/2021, que regulamenta a dedução de materiais na construção civil, é uma medida voltada à melhoria ambiental e à organização urbana.

Em Capelinha, o acesso ao saneamento básico atinge aproximadamente 70% da população, conforme dados do Instituto Água e Saneamento. No entanto, a coleta de resíduos sólidos abrange cerca de 76% dos habitantes, indicando a necessidade de expansão desse serviço para melhorar as condições de saúde pública.

Além disso, a arborização das vias é insuficiente, o que impacta negativamente o bem-estar da população. A ampliação da cobertura vegetal urbana é essencial para promover um ambiente mais saudável e agradável para os moradores, sendo a arborização uma parte imprescindível dos projetos de urbanização municipais. Ademais, a arborização está diretamente ligada à diminuição da poluição, ao maior conforto térmico, à formação de barreiras visuais e sonoras, entre outros fatores que influenciam diretamente a saúde física e mental das comunidades (SANTOS, SILVA, LIMA; 2017).

Já em Diamantina, embora 76,5% das residências tenham acesso a saneamento adequado, a arborização das vias públicas é limitada, abrangendo apenas 29,8% das ruas, o que revela uma lacuna importante para o bem-estar ambiental. Além disso, a qualidade dos corpos hídricos é uma questão crítica na cidade. Entre as leis relacionadas a isso, destaca-se o Decreto nº 301/2017, que dispõe sobre a criação do Conselho Social dos Serviços Públicos de Saneamento Básico, bem como a Lei nº 4.017/2018, que cria o Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB).

Em Almenara, não muito diferente de Diamantina, cerca de 72% da população possui acesso a saneamento adequado, mas a arborização destoava por Almenara contar em 2010 com 70,50%. No entanto, a proporção de corpos hídricos com boa qualidade ambiental era de apenas 38,83%. Dentre as políticas públicas municipais, destaca-se a Lei nº 1.349/2013, que dispõe sobre a limpeza urbana, seus serviços e o manejo de resíduos sólidos urbanos no município.

Já a cidade de Pedra Azul conta com um cenário semelhante aos já descritos, com saneamento adequado atingindo 67,39% da população, um pouco menos que Almenara, Capelinha e Diamantina. A proporção de corpos hídricos é de 38,55%. Nessa cidade, a Lei nº 1.721/2020, que cria a política de coleta de lixo seletivo e coleta e tratamento de águas pluviais, é um passo importante para melhorar a infraestrutura ambiental da cidade, promovendo o acesso a serviços essenciais à saúde da população e à preservação do meio ambiente.

Discussão

Em cidades como Araçuaí, Capelinha e Almenara, a desigualdade de renda e a carência de empregos formais estabelecem um contexto de insegurança financeira que exacerba os problemas emocionais. A escassez de serviços de saúde especializados, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), e a ausência de políticas públicas robustas para a promoção da saúde mental tornam a população dessas localidades particularmente vulnerável. Em Araçuaí, por exemplo, a existência de apenas um CAPSad para atender a uma demanda crescente demonstra a insuficiência dos serviços adequados à população, o que agrava a situação de quem já enfrenta dificuldades financeiras e sociais.

Os CAPS surgem enquanto instituições provenientes de uma política de assistência em saúde mental sob a ótica da reforma psiquiátrica, prezando pelo bem-estar e pelo fim da lógica manicomial do cuidado nesse campo. Esses centros visam o atendimento diário de pacientes com transtornos mentais, promovendo um cuidado que inclua a boa convivência com a família e a permanência em um meio domiciliar para a promoção da autonomia (FERREIRA et al, 2016). Essa assistência, que prioriza o bem-estar e os direitos humanos, é essencial para a manutenção da saúde mental de uma determinada população.

A educação, por sua vez, desempenha um papel crucial na formação das perspectivas futuras e na promoção do bem-estar psicológico, principalmente dos jovens, figurando como um fator decisivo para a presente discussão. Embora as taxas de escolarização sejam relativamente altas nas cidades analisadas, a qualidade do ensino, especialmente nos anos finais do ensino fundamental, continua sendo um grande desafio. A evasão escolar e o baixo índice de aprendizado nas escolas públicas perpetuam o ciclo de exclusão e dificultam o desenvolvimento de habilidades e competências que poderiam melhorar a saúde mental dos jovens.

O período da adolescência é, por si só, cheio de dificuldades inerentes à faixa etária, que impactam diretamente a saúde mental dos jovens. Contudo, ao realizarmos um corte socioeconômico, outros obstáculos se somam aos já conhecidos, como os índices de drogadição, criminalidade e gravidez, intimamente ligados às taxas de evasão escolar (LEITE; BOTELHO; LIMA, 2019). O impacto de tais fatores no bem-estar geral dessa parcela da população, bem como na perspectiva de futuro, é muito grande. Assim, a partir do panorama já traçado do Vale do Jequitinhonha, é impossível não abarcar tais questões na atual discussão.

Não apenas entre os jovens, a violência — um problema transversal em todas as cidades da região — tem um impacto devastador sobre a saúde mental da população. O alto índice de homicídios, violência doméstica e a falta de segurança pública contribuem para o agravamento de transtornos psicológicos, como trauma, ansiedade e depressão. Ademais, a subnotificação de casos de violência, especialmente em comunidades mais afastadas, dificulta a criação de políticas públicas eficazes para a proteção e o apoio psicológico das vítimas.

A violência é um fator que pode deturpar a forma de perceber e lidar com as relações interpessoais, ponto essencial na saúde mental de qualquer pessoa. A exposição a ambientes violentos pode desencadear o desenvolvimento de diversos transtornos, como ansiedade, depressão, transtorno do estresse pós-traumático, crises de pânico, entre outros. Como mostrado por Ribeiro, Andreoli, Ferri, Prince e Mari (2009), a exposição à violência doméstica dobra as chances do aparecimento de algum transtorno mental em crianças, assim como aumenta a probabilidade do desenvolvimento de depressão e ideação suicida em mulheres vítimas.

Para além da exposição direta à violência, as mulheres comumente sofrem com os males causados pela própria estrutura social, em que a desigualdade de gênero repercute nas mais diversas áreas da vida. Assim, compreender as questões de gênero é essencial, já que fatores como a baixa participação feminina no mercado de trabalho formal e na política reforçam a exclusão e geram um impacto negativo na autoestima e saúde mental das mulheres. Existe, como pontuado por Alves (2017), uma natureza sociocultural importante do adoecimento psíquico, já que as relações de gênero são pautadas em lógicas de poder e dominação, construídas a partir de expectativas pré-definidas, cujas frustrações culminam em um adoecimento mental e, mesmo, em expressão de violências. A limitada representação política e a desvantagem no acesso a direitos e oportunidades exacerbam a vulnerabilidade feminina, aumentando os níveis de estresse e isolamento social.

Sendo a saúde um resultado de componentes biológicos, psíquicos, sociais e ambientais, fatores como a infraestrutura precária, a baixa cobertura de saneamento básico e a arborização comprometem ainda mais a qualidade de vida e a saúde mental, tornando certas comunidades mais vulneráveis a determinados riscos. Bem como, a escassez de espaços verdes e a poluição urbana contribuem para o aumento do estresse e da sensação de desconforto, refletindo diretamente no bem-estar

psicológico da população. Estudos como o de Roberts, Arseneault, Barratt, Beevers, Danese, Odgers, Moffitt, Reuben, Kelly e Fisher (2019) mostram uma relação entre a exposição a poluentes no ar, processos inflamatórios generalizados e o diagnóstico de distúrbios psiquiátricos, principalmente nos mais jovens. Assim, a urbanização desenfreada rompe os benefícios à saúde mental que os ambientes naturais possuem, por meio de uma mudança na relação entre o ser humano e o meio ambiente, rompendo o equilíbrio em prol de uma lógica de consumo e insatisfação.

A saúde mental nas cidades do Vale do Jequitinhonha é um reflexo das desigualdades estruturais presentes na região. Para que se possa alcançar uma melhoria significativa na saúde mental da população, é imprescindível uma abordagem integrada, que envolva melhorias nas condições socioeconômicas, educação de qualidade, ampliação e qualificação dos serviços de saúde mental, além da implementação de políticas públicas que enfrentem as questões de violência, gênero e infraestrutura urbana. Somente por meio de uma transformação estrutural abrangente será possível promover um ambiente mais saudável e psicologicamente seguro para as populações dessas cidades.

Conclusão

A partir da avaliação dos indicadores propostos e adaptados pelos ODS, percebe-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido para a contemplação das metas propostas pela Agenda 2030 nos municípios. As condições de saúde mental revelam um panorama complexo e multifacetado, fortemente influenciado pelas desigualdades socioeconômicas, pela precariedade do acesso aos serviços de saúde, pelos desafios educacionais, pela violência, entre outros fatores. A pobreza estrutural, que afeta grande parte da população da região estudada, é um dos principais determinantes da saúde mental, o que pode acarretar altos níveis de estresse, ansiedade e transtornos relacionados à falta de perspectivas sociais e econômicas. Dessa forma, perpassa diversos outros campos analisados, como o acesso à educação, à saúde e à infraestrutura urbana, bem como aumenta os níveis de exposição à violência e à informalidade laboral. Apesar do escasso arcabouço legal direcionado diretamente ao cuidado da saúde mental da população, os fatores aqui trabalhados como influenciadores são contemplados em sua maioria pelas legislações

municipais. Deve-se destacar a necessidade de mais políticas públicas voltadas, principalmente, ao âmbito da saúde e da educação na região estudada.

Agradecimentos

Ao PET Estratégias UFVJM.

Referências

170ª SESSÃO DO COMITÊ EXECUTIVO, 170., 2022, Washington. Política para Melhorar a Saúde Mental. Washington: Oms, 2022. 16 p. Disponível em: https://www.paho.org/sites/default/files/ce170-15-p-politica-saude-mental_0.pdf. Acesso em: 26 dez. 2024.

ALVES, Ieda Maria. *Neologismo: criação lexical*. São Paulo: Ática, 2002.

ALVES, Tahiana Meneses. **Gênero e saúde mental: algumas interfaces**. 2017. 22 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2017. Disponível em: https://repositorium.uminho.pt/bitstream/1822/46599/1/WP_s%c3%a9rie%202%20n%c2%ba%203.pdf. Acesso em: 07 jan. 2025.

CAMPOS, Laryssa. **Informalidade pode adoecer trabalhadores**. 2019. Disponível em: <https://www.medicina.ufmg.br/inseguranca-causada-pela-informalidade-adoece-trabalhadores/>. Acesso em: 14 jan. 2025.

CAMPOS, Ioneide de Oliveira; CRUZ, Daniel Marinho Cezar da; MAGALHÃES, Yasmim Bezerra; RODRIGUES, Daniela da Silva. Escolaridade, trabalho, renda e saúde mental: um estudo retrospectivo e de associação com usuários de um centro de atenção psicossocial. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 31, n. 3, p. 1-21, nov. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312021310319>. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/physis/2021.v31n3/e310319/pt/#>. Acesso em: 14 jan. 2025.

FERREIRA, Jhennipher Tortola *et al.* Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS): Uma Instituição de Referência no Atendimento à Saúde Mental. **Revista Saberes**, Rolim de Moura, v. 4, n. 1, p. 72-86, jun. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Eraldo-Batista/publication/334098659_Os_Centros_de_Atencao_Psicossocial_CAPS_Uma_Instituicao_de_Referencia_no_Atendimento_a_Saude_Mental_The_Care_Centers_Psychosocial_Caps_a_Reference_Institution_on_Call_to_Mental_Health/links/5d166f4b299bf1547c8710b4/Os-Centros-de-Atencao-Psicossocial-CAPS-Uma-Instituicao-de-Referencia-no-Atendimento-a-Saude-Mental-The-Care-Centers-Psychosocial-Caps-a-Reference-Institution-on-Call-to-Mental-Health.pdf. Acesso em: 07 jan. 2025.

FERREIRA, M. D. M. et al. Os Centros de Atenção Psicossocial e a política de assistência em saúde mental no Brasil. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 69, n. 5, p. 1023-1032, 2016.

GODINHO; Pedro Gabriel, Violência e saúde mental: os termos do debate. *O Social em Questão*. v. 28:187-197, jun. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552256742009>. Acesso em: 14 jan. 2025

INSTITUTO ÁGUA E SANEAMENTO. *Capelinha e o Saneamento Básico*. 2023. Disponível em: <https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/mg/capelinha>. Acesso em: 15 jan. 2025.

LEITE, L. C.; BOTELHO, A. P.; LIMA, B. Evasão escolar, drogas, criminalidade: os descaminhos na adolescência e suas articulações com questões do sujeito. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, [S. l.], v. 5, n. 10, p. 45–59, 2019. Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/7017>. Acesso em: 7 jan. 2025.

LEITE, M. P.; BOTELHO, T. C. M.; LIMA, A. R. Evasão escolar e fatores associados: implicações para o bem-estar psicológico dos jovens. *Revista Educação e Sociedade*, v. 40, n. 1, p. 89-112, 2019.

LUDERMIR, Ana Bernarda. Desigualdades de classe e gênero e saúde mental nas cidades. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, [S.L.], v. 18, n. 3, p. 451-467, set. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312008000300005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/VDqwQWys6Jyvf6z6DdcbHtq/?lang=pt>. Acesso em: 14 jan. 2025.

MARQUES, J. F.; FERRARI, L. M.; KUNATSU, K. F.; COUTINHO, S. S. Saúde mental e meio ambiente: uma análise do impacto das áreas verdes na qualidade de vida durante a pandemia. **Psicologia USP**, v. 31, n. 2, p. 1-12, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/mj4F5PCytfxsGS4Y3x44VgQ>. Acesso em: 15 jan. 2025.

MOREIRA, Roberta Magda Martins; OLIVEIRA, Eliany Nazaré; LOPES, Roberlandia Evangelista; LOPES, Marcos Venícios de Oliveira; FÉLIX, Tamires Alexandre; OLIVEIRA, Lycélia da Silva. Transtorno mental e risco de suicídio em usuários de substâncias psicoativas. **Smad Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas (Edição em Português)**, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 1-10, 27 fev. 2020. Universidade de Sao Paulo, Agencia USP de Gestao da Informacao Academica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2020.158433>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/smad/article/view/167097>. Acesso em: 14 jan. 2025.

NOGUEIRA, Guilherme *et al.* Saúde Mental no Vale do Jequitinhonha. In: HEMMI, Ana Paula; MÁXIMO, Geovane; BARROSO, Heloísa Helena; TENUTA, Natália. **Perspectivas da Saúde Coletiva no Vale do Jequitinhonha**: temas, debates e reflexões. Curitiba: Brazil Publishing, 2020. p. 191-213.

NOGUEIRA, J.; HALBOTH, N.; LEITE, F. *História e cultura no Vale do Jequitinhonha: desafios e perspectivas*. **Revista de Estudos Regionais**, v. 12, n. 3, p. 45-60, 2020.

NOGUEIRA, Guilherme; HALBOTH, Nádia; LEITE, Roberta. Saúde Mental no Vale do Jequitinhonha. In: HEMMI, Ana Paula; MÁXIMO, Geovane; BARROSO, Heloísa Helena; TENUTA, Natália. **Perspectivas da Saúde Coletiva no Vale do Jequitinhonha**: temas, debates e reflexões. Curitiba: Brazil Publishing, 2020. p. 191-213.

PATEL, V.; KLEINMAN, A. Poverty and common mental disorders in developing countries. **Bulletin of the World Health Organization**, v. 81, n. 8, p. 609-15, out. 2003. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/14576893/>. Acesso em: 14 jan. 2025.

RIBEIRO, Wagner S.; ANDREOLI, Sergio B.; FERRI, Cleusa P.; PRINCE, Martin; MARI, Jair Jesus. Exposição à violência e problemas de saúde mental em países em desenvolvimento: uma revisão da literatura. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, [S.L.], v. 31, n. 2, p. 49-57, out. 2009. EDITORA SCIENTIFIC. <http://dx.doi.org/10.1590/s1516-44462009000600003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/NXwXSny6XrmvJ57gzHwst5c/>. Acesso em: 07 jan. 2025.

ROBERTS, Susanna; ARSENEAULT, Louise; BARRATT, Benjamin; BEEVERS, Sean; DANESE, Andrea; ODGERS, Candice L.; MOFFITT, Terrie E.; REUBEN, Aaron; KELLY, Frank J.; FISHER, Helen L.. Exploration of NO₂ and PM_{2.5} air pollution and mental health problems using high-resolution data in London-based children from a UK longitudinal cohort study. **Psychiatry Research**, [S.L.], v. 272, p. 8-17, fev. 2019. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.psychres.2018.12.050>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S016517811830800X>. Acesso em: 07 jan. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Urban Green Spaces and Health*. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524

ISSN: 2238-6424